

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA  
DE  
PORTO COVO

 1  
Ferreira  
Rosa

ATA DA REUNIÃO DE 28 DE SETEMBRO DE 2018  
SESSÃO ORDINÁRIA

ATA N.º 04/2018

-----Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, no Auditório da Junta de Freguesia de Porto Covo, realizou-se uma Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia, com início pelas 21:10 horas, com as seguintes presenças. -----

**MEMBROS DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA:** -----

**Presidente:** Miguel Paulo Ferreira Ribeiro

**1.ª Secretária:** Cláudia Sofia Oliveira Rosa

**2.ª Secretária:** Maria José da Silva Vidal

António da Silva dos Santos

Fernando Manuel da Silva Modesto

Lénia Isabel da Silva Gonçalves Izidro

Henrique Joaquim Raposo Bento

**EXECUTIVO DA JUNTA DE FREGUESIA:** -----

**Presidente:** Cláudio Filipe dos Santos Coroas Rosa

**Tesoureira:** Andreia Filipa Lobato Monteiro Ferreira

**1.º PONTO: ANÁLISE E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR.** -----

**2.º PONTO: ANÁLISE DA ATIVIDADE DA JUNTA NO III TRIMESTRE DE 2018.** -

-----Verificada a existência de quórum, o Presidente da Assembleia deu início à reunião pelas 21:10 horas. -----

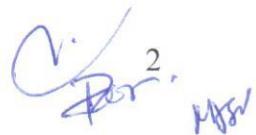
**ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

-----O membro da Assembleia, António dos Santos, pergunta qual é a posição da Junta sobre a nova Lei 50/2018 das transferências de competências, que foi publicada em Diário da República no dia 16 de agosto. Uma vez que não existiu deliberação nenhuma da autarquia, a dizer se aceita ou não aceita, supõe-se que a partida aceitaram, prevê ainda o art.º 44 a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos respetivos recursos serão concretizados em diplomas legais de âmbito setorial e as Câmaras tinham até ao dia 15 de setembro para dizer que não aceitavam estas competências, mas o Secretário de Estado das Autarquias Locais e o Ministro da Administração Interna formularam por escrito que uma vez que não saíram diplomas setoriais não seria obrigatório cumprir o previsto no art.º4 que era fazer essa comunicação até ao dia 15 de setembro. -----

A CDU não é contra a descentralização de competências desde que devidamente acompanhada dos meios humanos, financeiros e outros que permitam realiza-lo e dar resposta às necessidades da população e como tal, gostaríamos de saber qual é a posição da Junta relativamente a esta questão. Se no Mês de janeiro forem transferidas mais competências para a Junta também terão que transferir meios financeiros e humanos. -----

REUNIÃO DE 28.09.2018

ATA Nº 04/2018

 2  
MSW

-----O Presidente da Assembleia diz que essas transferências são do estado para as Câmaras e não das Câmaras para as Juntas. -----

-----O membro da Assembleia, António dos Santos, diz que como é intermunicipal acaba por haver competências também das Câmaras para as Juntas. -----

-----O Presidente da Assembleia diz que isso depois terá que ser negociado entre a Câmara Municipal e a Junta. -----

-----O Presidente da Junta diz que é o que tem acontecido através dos protocolos existentes. -----

-----O membro da Assembleia, António dos Santos, diz que pode haver estradas para arranjar, como a da Parreira, a da Ilha e a da cabeça da Cabra e depois pode não haver dinheiro e quererem passar essa competência para a Junta. A CDU não é contra a descentralização mas há que ver como é que a mesma é feita, e até 2021 toda a gente acaba por ter que aceitar. -----

Passa a ler a Moção apresentada pela CDU, que ficará apenas a esta ata. -----

-----O Presidente da Junta diz que ainda não está nada definido e que o Secretário de Estado diz não haver ainda nenhum acordo e esta Moção também foi apresentada na última Assembleia Municipal e o assunto foi esclarecido pelo Presidente da Câmara e pelo Presidente da Assembleia Municipal. Enquanto as autarquias representadas pela ANAFRE e pela Associação de Municípios não chegarem a um acordo com o governo a Lei não entrará em vigor, quando houver acordo, a Junta de Freguesia tem a sua posição e há cerca de 22 anos que existe um Protocolo de descentralizações entre a Junta de Freguesia de Porto Covo e a Câmara Municipal de Sines com o objetivo de lutar pelos interesses da população e será assim que irá continuar. Informa que esteve presente no encontro entre o Presidente da República e os representantes das Freguesias onde foi dito que perante a descentralização de competências, as autarquias terão que ser ressarcidas através de meios financeiros e humanos e que, se não houver acordo a Lei não entrará em vigor porque seria uma afronta para todos os Municípios do País e para as populações. -----

-----O Presidente da Assembleia coloca a votação a Moção apresentada pelo membro representante da CDU, da votação resultaram 5 votos contra, 1 abstenção e 1 voto a favor. -----

-----O Presidente da Assembleia, coloca em análise e votação o primeiro ponto. -

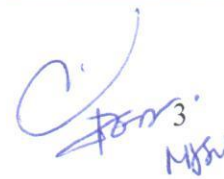
-----O membro da Assembleia, António dos Santos, faz um reparo relativamente ao facto de na ata constar que ele pertence à Comissão de Utentes do Hospital do Litoral Alentejano e na verdade é membro da Comissão de Utentes do Litoral Alentejano. -----

-----Após a alteração da ata o Presidente da Assembleia coloca-a à aprovação e a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

**2.º PONTO: ANÁLISE DA ATIVIDADE DA JUNTA NO III TRIMESTRE DE 2018:**

-----O Presidente da Assembleia coloca em análise e aprovação o segundo ponto e passa a palavra ao Presidente da Junta. -----

-----O Presidente da Junta passa a ler o relatório e explica que relativamente ao arranjo das calçadas que foram danificadas por veículos pesados, as empresas responsáveis foram notificadas e assumiram o pagamento dos estragos.



Apesar de haver falta de espaço no cemitério de Porto Covo só foi feita a exumação de um corpo porque os outros não estavam em condições para esse procedimento. -----

-----A recolha de lixo na Praia da Ilha do Pessegueiro esteve dificultada devido ao areamento da mesma, os caixotes do lixo tiveram que ficar mais longe e em menor número do que o habitual, foi pedido apoio à Câmara Municipal para ser feito um acesso à rampa mas não foi aceite pelos Fiscais do Parque Natural e a resolução do problema passa pela construção de uma estrutura em madeira, ou plástico, que aguarde o peso do trator ou da carrinha de tração, esta questão está a ser tratada em conjunto com a C.M.S., vai aproveitar-se uma parte do projeto que existe da POLIS que previa uma intervenção naquela zona e a construção de uma rampa. -----

-----Durante a 2ª quinzena de julho e o mês de agosto a Junta teve problemas com a empresa Ambilital, existe um protocolo entre a empresa e a Câmara Municipal mas, por vezes, o carro só fazia a recolha em Porto Covo às 18h00 e era o único para toda a zona litoral, Porto Covo, Vila Nova de Milfontes, Zambujeira etc... se a empresa não tem condições, a Câmara Municipal de Sines devia apostar na aquisição de um carro à semelhança do que fez a Câmara Municipal de Santiago do Cacém, que adquiriu um carro com um "braço" que tem capacidade de recolher um *big bag*. Foi feita uma reunião há dois anos onde a empresa assegurou que iria melhorar o serviço, mas ainda ficou pior, a Junta já manifestou a sua opinião à CMS., que terá que agir de outra forma. -----

-----O Presidente da Assembleia diz que esta empresa faz a recolha dos ecopontos de todas as Câmaras da região, Sines, Alcácer, etc...-----

-----O Presidente da Junta diz que a CMS também foi bastante prejudicada nesta época balnear, em Porto Covo nota-se mais porque é um meio mais pequeno e os comerciantes não ajudam em nada, têm chaves do depósito que foi criado junto ao cemitério, onde podem depositar o papelão, o plástico e o vidro, mas não o fazem, preferindo deixar o lixo junto os contentores, que por vezes até estão vazios ou ainda com espaço, o carro da Ambilital vem fazer a recolha às 18h00 e no outro dia de manhã os comerciantes andam a descarregar lixo, a Câmara Municipal faz a recolha dos resíduos sólidos urbanos às 6h00 da manhã e os comerciantes vão a seguir depositar lixo, há fotografias e talões dos estabelecimentos que identificam quem tem essa prática. A Junta de Freguesia vai marcar uma reunião com os comerciantes porque são eles que lucram com o turismo em Porto Covo e não o Executivo, nem os funcionários da Junta que apenas têm o trabalho. Durante o verão, quando os contentores estavam cheios, a Junta fez a recolha do lixo que estava à volta dos mesmos e se a Câmara não intervir, a Junta tem um Fiscal e em 2019 vão haver outras regras, vai haver fiscalização e os responsáveis, que são os donos dos estabelecimentos, vão ser multados. -----

-----O membro da Assembleia, António dos Santos, diz que a recolha do lixo do contentor que existe na estrada da Cabeça da Cabra é feita pela Câmara e está sempre tudo cheio de lixo que dava para encher uma camioneta. -----

-----O Presidente da Junta diz que isso resulta da falta de civismo das pessoas, mas a Câmara devia limpar e depois identificar a pessoa e aplicar uma multa. -----

-----O membro da Assembleia, Henrique Bento, diz que essa reunião a alertar os comerciantes deve ser feita durante no inverno, para que no verão o problema ja esteja solucionado ou caso contrário se possa aplicar as multas. -----

-----O Presidente da Junta diz que o problema do lixo acontece o ano inteiro mas no Verão agrava-se ainda mais. -----

-----O membro da Assembleia, Fernando Modesto, diz que o problema do lixo deve ser resolvido e as regras cumpridas durante o ano todo e informa que testemunhou várias vezes alguns comerciantes a colocarem lixo no chão junto ao contentor que existe na rua onde reside. -----

-----O Presidente da Junta diz que durante os próximos meses o protocolo que existe entre a Junta e a Câmara vai ser revisto, a Câmara quer entregar mais competências e se pagarem o valor que a Junta tem previsto serão aceites, caso contrario, ficará a Câmara com elas novamente. -----

-----O membro da Assembleia, António dos Santos, diz que se houver mais competências também tem que vir mais pessoal. -----

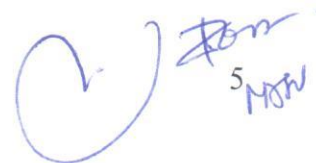
----- O Presidente da Junta diz que sim, que a verba será para admitir mais funcionários e deverá incluir a fiscalização dos lixos, claro que para isso terá que haver mais verba e mais pessoal. -----

-----O membro da Assembleia, António dos Santos, diz que esse pessoal que virá ao abrigo do protocolo de descentralizações deverá ficar efetivo. -----

-----O Presidente da Junta informa que é sempre assim e que, todos os funcionários que estão na Junta de Freguesia estão afetos ao protocolo de descentralizações, e que por exemplo, quando as escolas passaram para a Câmara novamente devido ao acordo entre o Governo e a Câmara, os funcionários destinados a esse serviço, também foram para a Câmara. A Junta de Freguesia recebe 48.875,00 euros do FFF o que daria para ter apenas uma funcionária na Junta, todos os outros resultam da existência do protocolo de descentralização e se a questão da fiscalização dos lixos passar para a Junta, iremos passar autuar porque se o contentor existe no local e se está vazio não se coloca o lixo no chão e se estiver cheio ou leva-se para o local que foi criado para o efeito, como já referi, ou deixam no espaço comercial e peçam que a Junta no outro dia às 7h00 da manhã vai recolher sem cobrar nada, agora não tenham é este comportamento que se repete ano após ano e espero que a Câmara esteja de acordo. -----

-----O membro da Assembleia, Henrique Bento, diz que tem conhecimento que em Vila Nova de Milfontes a Junta faz a recolha com uma carinha nos locais que acumulam mais lixo, como é o caso do Supermercado Silva. -----

-----O Presidente da Junta diz que se os comerciantes do Porto Covo têm carrinhas próprias e transportam o lixo que deixam no chão junto aos contentores porque é que não optam por ir descarrega-lo no local apropriado junto ao cemitério, este foi o pior ano e mesmo assim a Junta ainda carregou muitas caixas de papelão, dobradas pelas funcionárias, porque apesar de haver um papelão na rua do supermercado "Meu Super" o chão está sempre cheio de caixas mesmo quando o papelão está vazio. Os funcionários da Junta limpam aquilo que os outros se recusam a limpar e isso tem que acabar. -----



Handwritten signature and date: "Tom" and "5/10/18".

-----O membro da Assembleia, Henrique Bento, diz que se a Junta não o fizer é criticada porque há lixo e concorda que neste caso a solução passa por se fazer cumprir as regras. -----

-----O Presidente da Junta diz que Porto Covo é cada vez mais escolhido como destino turístico e temos que estar preparados para receber os turistas que nos visitam. -----

-----O Presidente da Assembleia diz que sim, mais ainda com os novos hotéis que irão surgir em Porto Covo. -----

-----O Presidente da Junta diz que há um dos hotéis que contempla 100 quartos e outro vários apartamentos o que ainda vai permitir a permanência de um maior número de turistas em Porto Covo. -----

-----O membro da Assembleia, Henrique Bento, diz que quando começou a obra do novo hotel em frente à Praia do Espingardeiro o passeio foi destruído para permitir a entrada e saída de camiões obrigando os transeuntes a irem para a estrada e ao atravessarem encontram um passeio completamente danificado e que está assim há mais de dois anos. -----

-----O Presidente da Junta diz que como já foi dito em Assembleias anteriores esses arranjos são da competência da Câmara e já foram apresentadas pela Junta soluções para o problema, se for preciso disponibilizamos pessoal, mas seria para ficar funcional e não como está. -----

-----O membro da Assembleia, Henrique Bento, diz que não se estava especificamente a referir ao problema do estacionamento da Praia Grande, mas sim à dificuldade que as pessoas sentem agora ao passar no local, quer seja a pé, com um carrinho de bebé, ou numa cadeira de rodas e pergunta se está prevista a reparação do passeio. -----

-----O Presidente da Junta diz que está previsto começar pelas escadas e a seguir fazer logo o resto e espera que tenham em conta a opinião que a Junta deu porque como está não é funcional, não é com pilaretes nem com aquele tipo de piso, em pedras de xisto, que serve para fazer paredes e não para pavimentar chão, porque nem de bicicleta se consegue passar por cima das pedras, devia ter sido feito um passeio todo à volta em madeira com um metro e meio de largura e essa intervenção solucionaria o problema a baixo custo. -----

Relativamente à autorização para venda no recinto da feira apenas às 3<sup>as</sup> e 5<sup>as</sup> feiras, foi manifestado o descontentamento de um deputado, na última Assembleia Municipal, alegando que os vendedores de étnia cigana precisavam de subsistir. A Junta tomou esta decisão em virtude de, em anos anteriores, apesar de todos os alertas, não terem sido cumpridas as regras de higiene e limpeza e a proibição de acampamentos no local. Futuramente vai ser criado um espaço próprio para venda, em que todos terão um espaço igual, tipo quiosque ou algo do género, com horários e regras e aí, se cumprirem, já poderão permanecer mais tempo. -----

Este ano foi contratada a Associação "+ descobertas" para a realização do ATL e no próximo ano a Junta irá celebrar um protocolo, provavelmente com a mesma Associação ou com outra que apresente uma melhor proposta e a Junta irá apenas ceder o espaço. Não se pretende que sejam as funcionárias a fazer o ATL uma vez que estão agregadas a outros serviços e não têm a formação nem a vocação necessárias para trabalhar com crianças. -----

*Handwritten signature and initials*  
6  
MSJ

**REUNIÃO DE 28.09.2018**

**ATA Nº 04/2018**

-----Relativamente ao Festival Músicas do Mundo, refere que este ano esteve menos gente em Porto Covo durante esse período e informa que tanto a Junta, como a Câmara, receberam queixas por parte dos visitantes que pretendiam jantar porque a partir das 22h00/22h30 já nenhum restaurante lhes servia refeições, apenas queriam servir bebidas e por isso, houve críticas destinadas aos comerciantes de Porto Covo. -----

-----O membro da Assembleia, Cláudia Rosa, diz que enquanto proprietária do estabelecimento "Maria Conserveira" teve bastantes clientes durante o FMM, a solicitar tostas mistas e algo para comer precisamente porque já não havia restaurantes que servissem jantares. -----

-----Este ano não houve fogo de artifício porque o parecer do Parque Natural foi desfavorável, a Junta tinha dez dias para recorrer dessa decisão que chegou num dia, e na manhã seguinte foi enviado um pedido de recurso a esse parecer acompanhado pelos pareceres dos Bombeiros e da Proteção Civil de Sines, os quais diziam não haver qualquer impedimento para a realização do espetáculo de fogo de artifício, a restrição decretada a nível nacional devido ao risco de fogo, apresentava no nosso concelho o segundo nível mais baixo, não se justificava por isso o parecer negativo, mas este tipo de impedimentos têm acontecido a outros níveis, como por exemplo o arranjo dos degraus de acesso às praias, no qual a Junta tem que cumprir rigorosamente o tipo de material exigido porque caso contrário será autuada, também não é permitido fazer a habitual festa na Praia Grande porque coloca em causa a fauna e a flora, depois deparamo-nos com outras situações expressamente proibidas pelo parque natural, que é o caso do acampamento na área do Parque e nas arribas mas existe um acampamento de autocaravanas todos os verões há mais de 15 anos e não se vê os Fiscais do Parque Natural a fazer nada para o impedir. A mesma pessoa responsável pelos pareceres emitiu durante 5 anos um parecer favorável para realização do fogo de artifício no mesmo local, não existindo qualquer entrave ou prejuízo para a fauna e para a flora, mas este ano já houve e não percebemos porquê. -----

-----O membro da Assembleia, Cláudia Rosa, diz que no fim de semana a seguir foi autorizado fogo de artifício em Odemira. Relativamente à restrição da festa na Praia Grande, durante o dia as pessoas que fazem praia no areal já não colocam em risco a fauna e a flora. -----

-----O Presidente da Junta diz que espera que a Câmara Municipal cumpra o que ficou decidido, que será deslocarem-se com o Executivo da Junta a Faro, ao gabinete do Parque Natural e saber ao certo a que se devem tantas restrições para a Freguesia de Porto Covo, no Concelho de Odemira são autorizadas estufas construídas a 10 metros do areal. -----

O Executivo da Junta informa que agradeceu pessoalmente aos agentes da GNR, em especial ao Agente José Balhau, pela segurança feita na aldeia durante toda a época balnear, uma vez que foi devido à sua boa vontade e disponibilidade para fazerem dois turnos por dia, que conseguiram assegurar este serviço que consideramos muito importante para Porto Covo. Estava previsto haver apenas segurança Tróia e Comporta e não em Porto Covo. -----

-----O membro da Assembleia, Fernando Modesto, diz que em Vila Nova de Milfontes também há patrulhamento em bicicleta feito pelos "Asas nos pedais". ----

-----O Presidente da Assembleia diz que em Vila Nova de Milfontes existe um posto da GNR e que os "Asas nos pedais" pertencem à GNR de Milfontes. -----

-----O Presidente da Junta sugere que a Assembleia de Freguesia reforce o agradecimento feito pela Junta aos agentes que prestaram serviço em Porto Covo. -----

-----O Presidente da Assembleia concorda e irá ser feita um agradecimento aos agentes pela boa prestação de serviços. -----

-----O Presidente da Assembleia diz que na Assembleia Municipal, foi , mais uma vez, levantada a questão do porquê de não ter sido a Resgate a assegurar a vigilância das praias de Porto Covo e que se deve dar prioridade às Associações de Sines em detrimento de outras, quando não é verdade, todos merecem oportunidades. -----

-----O Presidente da Junta diz que há razões para que tenha sido assim e que a Resgate não apresentou o orçamento atempadamente e que o material que lhe foi entregue para dar apoio à Praia da Ilha, na época passada, só foi entregue à Junta no início desta época, este ano já entregou no prazo certo. -----

-----O Presidente da Assembleia diz que a Resgate tem um protocolo com a Câmara e recebe uma verba. -----

-----O Presidente da Junta diz que a Resgate recebe todos os meses uma verba da Câmara Municipal e ainda tem protocolos com empresas e depois quando lhes é pedido apoio ainda apresenta custos. -----

-----O membro da Assembleia, António dos Santos, manifesta a sua concordância com a atitude tomada pela Junta relativamente às regras impostas aos vendedores no recinto da feira e enaltece a compra de fardamento para os funcionários da Junta, que são facilmente identificados pelo uso da farda. -----

-----O Presidente da Junta diz que o Executivo gostava de outro tipo de farda mas não querem impor nada aos funcionários e que apenas exigem o mínimo de forma a estarem identificados como funcionários da Freguesia, há funcionárias que preferem calças outras não gostam, outras preferem a bata. -----

-----O Presidente da Assembleia diz que o mais importantes é o uso de proteção apropriada para as suas atividades. -----

-----O membro da Assembleia, António dos Santos, diz que mais uma vez, o mato das bermas das estradas da Ilha e de S.Torpes não foram limpos e as bermas da estrada de S.Torpes continuam igualmente perigosas, apesar de saber que são competências da Câmara Municipal, a Junta deveria fazer mais pressão para resolver estas questões. Pergunta ainda a quem foi atribuída a casa da coletiva social e como está o processo de legalização das casas. -----

Pergunta também porque é que o Forte do Pessegueiro não está aberto ao público e reclama ainda da água suja e podre que corre a céu aberto ao longo da Rua José Faial, o que não pode acontecer, assim como a colocação de caixotes para reserva de lugares de estacionamento e a falta de iluminação na Rua. -----

-----O Presidente da Junta diz que tem conhecimento e que a solução para o problema da água que corre na Rua José Faial passa pela descentralização dessa competência para a Junta para que esta possa autuar o comerciante responsável que tem o mesmo comportamento no lado da frente do seu estabelecimento, na Rua Vasco da Gama, por onde transportam os sacos do lixo rastejando-os em cima das pedras brancas deixando as pedras sujas e a cheirar mal, já foi alertado para esse facto e a Câmara tem competência para multar.-----

-----O Presidente da Assembleia diz que estes casos só se resolvem com multas.  
-----O membro da Assembleia, Henrique Bento, informa que existe na freguesia um alojamento local que tem uma fossa a correr a céu aberto, que é uma situação inadmissível. -----

-----O Presidente da Junta diz que essa situação já foi identificada. -----

-----O membro da Assembleia, António dos Santos, diz que todas estas situações, apesar de serem competências da Câmara, passam uma má imagem de Porto Covo. -----

-----O Presidente da Junta diz que é por isso que quer mais competências para a Freguesia mas para isso, tem que haver contrapartidas, o protocolo que existe já tem três anos e na altura a Junta teve em consideração a crise financeira em que a Câmara se encontrava o que neste momento já melhorou bastante e no próximo acordo já serão exigidas outras condições, fazemos limpezas no artº. 47 e a limpeza das bermas da estrada e não recebemos mais por isso. Relativamente aos jardins da Freguesia estão bonitos e arrajados porque os funcionários trabalham bastante para os manter assim e também têm sido criados novos jardins, no protocolo esse trabalho não está de acordo com o que realmente é feito e gasto e há outras questões que têm que ser alteradas e acordadas pelos valores que consideramos justos, caso contrário a Junta não as assumirá. Em relação ao Forte da Ilha do Pessegueiro a Junta não tem pessoal para colocar lá uma pessoa, o Empresário Joaquim Matias já apresentou uma proposta para dinamizar o Forte, mas existem outras empresas ligadas a atividades turísticas como a Ecoalga e outras e todos em conjunto poderiam gerir o espaço. -----

-----O membro da Assembleia, António dos Santos, diz que em Sines têm uma pessoa a tempo inteiro na Igreja da Nossa Senhora das Salas. -----

-----O Presidente da Junta diz que também têm uma pessoa no Museu , já houve uma proposta da parte do responsável pelo Museu para fazer umas exposições no Forte mas nós consideramos que deveriam ser as empresas de Porto Covo, que estão ligadas às atividades turísticas a fazê-lo, poderia até ser cedida uma sala a cada um, uma vez que foram feitas obras podiam ter deixado energia e água. -----

-----O Presidente da Assembleia diz que para isso o Forte teria que ter mais alguma intervenção para melhorar as salas por dentro. -----

-----O Presidente da Junta diz que a porta já foi arrombada e já se repararam as fechaduras várias vezes. -----

-----O membro da Assembleia, Henrique Bento, diz que não é só a Junta que tem a chave do Forte. -----

-----O Presidente da Junta diz que é a Junta e a Câmara e que a mesma é cedida sempre que alguém pretende visitar o espaço, como o Sr. Joaquim Matias já fez algumas vezes. A Junta já recebeu um pedido de parecer do Parque Natural porque houve um privado que queria fazer do forte uma discoteca aos fins de semana, é claro que o nosso parecer foi negativo. -----

Relativamente à questão levantada sobre a coletiva social, informa que a avaliação de entrega das casas foi feita por técnicas da Câmara Municipal especializadas na matéria, as Assistentes Sociais avaliaram as condições de todos os interessados e visitaram as casas onde residem, foi pedido apoio à Câmara porque o regulamento que existe na Junta está ultrapassado e é omissivo em vários aspetos.



9  
Dor  
MOS

REUNIÃO DE 28.09.2018

ATA Nº 04/2018

A casa foi atribuída ao Sr. Custódio Ramos depois de ter ficado empatado com mais duas pessoas. -----

-----O membro da Assembleia, Henrique Bento, pergunta com quem é que ficou empatado. -----

-----A Tesoureira da Junta, informa que ficou empatado com o Sr. Miguel Arrifano e com o Sr. Manuel Lança. -----

-----O Presidente da Junta informa que a casa foi atribuída ao Sr. Custódio por este apresentar os rendimentos mais baixos. -----

-----O membro da Assembleia, Henrique Bento, pergunta se não houve reclamações dessa decisão. -----

-----O Presidente da Junta diz que houveram algumas dúvidas mas foi lido o relatório que foi feito pelas técnicas da Câmara e foi aceite a decisão. -----

-----O membro da Assembleia, Henrique Bento, diz que foi melhor a avaliação ter sido feita por a Câmara Municipal de Sines. -----

-----O Presidente da Junta diz que relativamente à legalização das casas da coletiva social, já foi pedido à Sra. Veradora, Filipa Faria, mas ainda não houve tempo para resolver essa questão e a Junta informou que quer construir mais algumas casas e assim legalizam-se todas na mesma altura e o regulamento irá ser alterado. A Freguesia tem, cada vez mais uma população idosa, os preços dos terrenos e das casas em Porto Covo são cada vez mais caros e com um regulamento ajustado à realidade esta é uma forma de dar condições a quem precisa e se é uma habitação social o regulamento tem que seguir um critério social e não haver parametros que permitam outro tipo de situações. -----

Relativamente à questão levantada sobre a Rua José Faial, informa que a Junta já chamou os técnicos da Câmara, várias vezes, ao local e já foi lá pessoalmente e que a pessoa que talvez tivesse mais impacto neste caso seria a Delegada de Saúde. O problema poderá ser resolvido se essa competência passar para a Junta de Freguesia, podendo nesse caso o nosso Fiscal autuar na hora em que surgirem estas situações. -----

Os comerciantes de Porto Covo não colaboram em nada com a Junta de Freguesia que gasta grande parte do seu orçamento em eventos que possam atrair mais visitantes para Porto Covo, poucos são os que apenas ajudam na Feira de Natal com a construção do Presépio no Largo, muitas vezes nem sequer colaboram quando a Junta pede a reserva de mesas para os jantares dos artistas e técnicos, que são pagos pela Junta, porque nem sequer uma refeição oferecem quando são eles o que lucram com as festas. -----

-----O Presidente da Assembleia diz que quando se fazia o livro das festas, com a publicidade aos estabelecimentos e com o programa, a maior parte dos comerciantes colaborava. -----

-----O membro da Assembleia, Henrique Bento, diz que em Vila Nova de Milfontes, por exemplo na passagem de ano, os comerciantes juntam-se e colaboram com uma parte para a realização dos eventos e a Junta de Freguesia com outra. -----

-----O Presidente da Junta diz que em Porto Covo isso nunca aconteceu, houve em mandatos anteriores, a tentativa de se fazer algo em conjunto na Feira de

REUNIÃO DE 28.09.2018

ATA Nº 04/2018

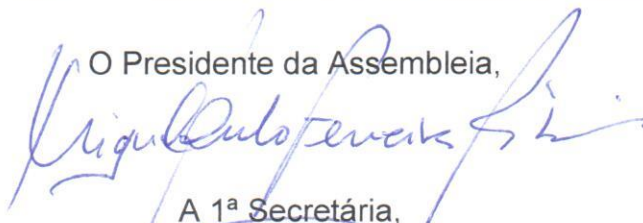
Natal e não foi bem recebida por parte dos comerciantes, no verão a Junta dinamiza com as festas e no resto do ano poderiam ser os comerciantes a tomar iniciativas para atrair mais turistas, mas o que acontece é que no inverno há dias em que nem sequer se encontra um restaurante aberto para almoçar, alguns estão abertos até acabar os almoços e depois fecham portas por volta das 17h00 e assim as pessoas deixam de vir a Porto Covo, e acabamos por reconhecer que não há condições para receber tanta gente e agora com a construção destes novos hotéis ainda vai ser pior. -----

-----O membro da Assembleia, Henrique Bento, diz que Porto Covo não tem condições a vários níveis. Com as novas construções vai haver problemas com os esgotos e com o fornecimento de água. -----

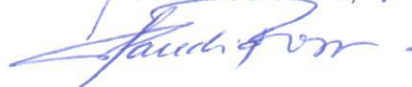
-----O Presidente da Junta diz que a questão da água, como já disse em reuniões anteriores, passa por a construção de um depósito de água na Terça Parte que é uma zona alta e deixaria de haver problemas em Porto Covo, na Fonte Mouro e na Cabeça da Cabra. No verão há casas na Fonte Mouro onde já não corre água nas torneiras e se os moradores não tivessem furos ficariam sem água e estão a pagar por esse serviço por isso temos que lhes dar condições. -----

**ENCERRAMENTO:** E nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião eram 22:50 horas, do dia vinte e oito de setembro ano de dois mil e dezoito, da qual se lavrou a presente ata, que foi redigida pela Secretária e que depois de lida e aprovada em minuta vai ser assinada pelos presentes. -----

O Presidente da Assembleia,



A 1ª Secretária,



A 2ª Secretária





ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE PORTO COVO

### MOÇÃO DE AGRADECIMENTO

Pretende-se através da presente moção de agradecimento reconhecer e parabenizar o esforço e a dedicação dos agentes da GNR, José Balhau, e da restante equipa da ciclopatrulha, agente Paulo Marcês e agente Manuel Osório, que se prontificaram com grande motivação e profissionalismo a proporcionar um ambiente tranquilizador e seguro a moradores e visitantes de Porto Covo, assegurando o policiamento das praias e da aldeia, durante a época balnear 2018, prestando um serviço de proximidade baseado na prevenção e num atendimento personalizado junto da população.

O Presidente da Assembleia  
Assembleia de Freguesia



Porto Covo  
Miguel Paulo Ferreira Ribeiro